

APRESENTAÇÃO

Num momento histórico em que se conjugam pandemia mundial e uma política nacional hostil à pesquisa, à ciência e à arte, a Revista de Estética e Semiótica, ao deixar de contar com o apoio da nova direção da Faculdade de Arquitetura da UnB, parecia estar se inviabilizando. Isso parecia clareza sombria até o final de maio de 2021. O problema foi exposto ao Núcleo de Estética, Hermenêutica e Semiótica. Houve mobilização no sentido de conseguir artigos, fazer revisão de textos, montar imagens. Súbito, em meados de junho, o milagre parecia feito. Ele não é, no entanto, produto apenas do presente. É herdeiro de contribuições pretéritas.

O presente número é diferente dos anteriores. Tem por coluna vertebral a colaboração de vertentes pretéritas: o texto do arquiteto Gottfried Semper sobre o projeto e a construção da ópera de Dresden, capital da Saxônia, com a significativa contribuição de Richard Wagner, que foi dirigente da orquestra e procurou converter a sala de espetáculos em um instrumento musical, especialmente considerando a percussão do tablado do palco e do poço da orquestra; a destruição desse prédio na noite de 13 de fevereiro de 1945, quando mais de 1000 aviões aliados bombardearam uma cidade indefesa, aniquilando mais de 300.000 pessoas, e a reconstrução desse prédio após a guerra pelo esforço da população e do governo; um trecho do romance histórico *O Muro* que se passa na região da Semperoper num momento histórico em que capitalismo e comunismo se confrontavam em duas cerimônias de caráter simbólico, na noite de 13 de fevereiro de 1989, renunciando a Queda do Muro, que aconteceu no final do ano; a reflexão de Attilio Corrêa sobre o projeto que desenvolveu para a construção da cidade de Goiânia; a reflexão de Lúcio Costa, oportunamente lembrada pelo professor Gorowitz, na elaboração do projeto do plano piloto de Brasília, num diálogo com a tradição urbanística milenar; o artigo sobre Lascaux evoca o passado mais distante como legado artístico. Assim nos reerguemos das cinzas, como se fôssemos pequena fênix.

Temos a ilusão da ave ao acharmos que iremos alçar novos voos. Sabemos, no entanto, que nossas asas estão carregadas pelas cinzas das florestas queimadas, dos projetos educacionais destruídos, das pesquisas emperradas. O projeto socialdemocrata da Constituição de 1988 está sendo sabotado. Sua esperança fenece. Quem pode vai embora. O Núcleo perdeu vários membros, que, sem melhores perspectivas no país, estão trabalhando em

países como Canadá e Estados Unidos. Teimamos, todavia, em permanecer, fazer algo, como se houvesse esperança até para nós. Recuperar sonhos perdidos é um modo de acordar.

Em contrapartida aos artigos de caráter histórico, este número conclui com três voltados para a história presente. Felipe Ferreira traz para a discussão o conceito de “arquitetura hostil”, que tenta abranger algo contrário à tradição de ver a arquitetura como proteção e conforto do ser humano, trazendo para o concreto a hostilidade social contra os desabrigados e um tipo de construção que viola o senso estético. Jaqueline Barbosa fala das atividades artísticas durante a retração social imposta pela pandemia. Ricardo Silva mostra as coisas que são visivelmente modificadas nas cidades devido à necessidade de ficar em casa. Os três se puseram a mapear alguns problemas maiores, que não têm sido suficientemente elaborados.

Fica em posição central a concepção de verdade, tema tratado por Enilton Braga ao discutir a casa-pátio. Retoma a importante contribuição de Martin Heidegger sobre a “alétheia”, a revelação, o desencobrimento da coisa. Procura articular o eixo paradigmático clareira-lareira, para estabelecer uma ponte entre verdade e lar, entre iluminação e aquecimento, dentro e fora. Que a clareira seja a verdade da floresta é uma assertiva de Heidegger bastante repetida no Brasil, mas já sofreu a argumentação contrária, de que a clareira não é a verdade da floresta, e sim sua exceção, ou, como disse Paul Celan, “diz a verdade quem sombras diz”. O Heidegger II se caracterizou pela insistência na noção de que direcionar o olhar numa direção serve para não ver em outras direções, que o desvelar certos aspectos de algo pode servir para velar outras dimensões, por vezes até mais cruciais. Enilton procura examinar isso no lusco-fusco das chamas que dançam na lareira, nas dimensões sombrias da mata.

Na Idade Média europeia se impunha a doutrina da fé como verdade. Ela saiu das coisas para o texto sagrado. Princípios de crença não são, porém, verdades e sim projeções de desejos inconscientes e indefesos. Não é porque uma comunidade inteira acredita neles que eles já se tornam verdadeiros. Os paralogismos imperam entre nós. Ao achar que a verdade está na palavra, no discurso, acha-se que algo é verdadeiro só porque se diz. Fake News imperam, mas poucos estão dispostos a aprender

que eles sempre imperaram nas várias religiões, nos diversos regimes políticos, nas versões vigentes de história.

Com que concepção de verdade se está, no entanto, operando? É possível “operar” com ela, como se coisa fosse, um instrumento? Ou ela nos é, nós somos a verdade que em nós assoma e se torna palavra e imagem?

A noção medieval de adequação entre coisa e intelectual é problemática, pois aquilo que a coisa é e aquilo que está na mente nunca são o mesmo (o *ad aequum*, por mais que a matemática funcione à base de dizer que os termos de uma equação seriam equivalentes). Descartes, ao desviar a fonte da verdade para o sujeito que pensa, não repensou o que se entendia por verdade. Repetiu até a equação presente em Tomás de Aquino e Agostinho: $2 + 3 = 5$. Deus continuava sendo a garantia de que isso seria verdadeiro, quer o sujeito estivesse acordado ou dormindo. Só que um conjunto de $2 + 3$ não é igual a um conjunto de 5! Faz-se de conta que sejam, embora não sejam. O próprio conceito de verdade é falso. Isso Nietzsche já viu, mas tem sido olvidado.

Para a escolástica, a tese da identidade repousava na identidade absoluta de Deus: $A = A$. Era uma ideologia conservadora, pois pretendia que o que tivesse nos bons tempos sido considerado verdadeiro deveria ser para o todo e sempre. Postulava, no entanto, que teria havido primeiro um Deus sem nada, sucedido por um Deus que desenvolveria as “ideias” das coisas como formas puramente espirituais; haveria depois um Deus que transformaria esses “projetos” em coisas, criando o universo, e mais tarde se daria ao trabalho de criar o homem, insuflando-lhe uma alma divina. Teria tido, todavia, o serviço de aniquilar pelo dilúvio quase toda uma raça que não tinha dado certo. Para o cristianismo, surgiu ainda um Deus que, diferente de Jeová, seduziu uma virgem do templo para fazer um filho, a fim de vê-lo sofrer na cruz.

O que se modifica está no tempo, não é eterno. Haveria, nessa sequência, não só A e sim $A_0 - A_1 - A_2 - A_3 - A_4$. O povo atual não lhe daria sossego, fazendo-o intervir na história, um A_5 . Em suma, Deus não seria $A = A$.

Se A não é $= A$, no eu = eu esse eu não seria igual a eu. O idealismo alemão, na leitura canônica, teria baseado seu sistema no fundamento do eu = eu. O pressuposto disse parece ser que o eu seria a manifestação da alma e que ela seria eterna. Na primeira edição da *Crítica da razão pura*, Kant observou que, na empiria, um eu não é igual a outro eu. Todos dizem eu de si, nenhum é igual ao outro. Ao longo da vida, as pessoas vão mudando, deixam de ser como eram. O eu não é mais idêntico a quem ele já foi. Arrepende-se é se modificar de tal modo que não se

faria mais o mal que se fez. Assim, o eu perde a sua identidade absoluta consigo mesmo. Os pietistas acharam que seria perder a alma imortal. Kant tratou de retificar sua obra.

Fichte disse que o eu gera o não-eu, mas o não-eu também gera o eu. Surgem, assim, duas assertivas antitéticas, sendo ambas verdadeiras. Isso seria inaceitável para a lógica escolástica. O dialético do juízo sintético se impôs ao mero desdobramento do analítico. Por outro lado, se o não-eu passa a fazer parte do eu no processo de conhecimento, há uma dimensão de não-eu que foge à consciência do eu. Fichte descobriu o inconsciente. Para Nietzsche, este passou a fazer parte do sujeito cognoscente. Não haveria mais, portanto, “in-divíduo”, “á-tomo”, “universo”. Crenças evolveram.

Não entende arquitetura quem só entende de arquitetura. Arquitetura e urbanismo terão de repensar seus pressupostos. Creem que o ser humano merece o que fazem por ele. Não perguntam até que ponto sua bondade é destrutiva com a natureza ou que o humano seja mesmo o suprassumo da “criação”. Acreditam nos seus pressupostos, supondo que a crença basta como garantia. As pessoas se indignam com enchentes e desabamentos de encostas sem perguntar se não houve antes desrespeito à natureza. Vida sem qualidade não vale a pena ser vivida.

O ser humano que se conhece na história talvez deva ser superado por uma espécie melhor. O vírus no último ano desenvolveu cepas cada vez mais eficazes e, portanto, mais nocivas. Será que o *homo sapiens* é a cepa mais virulenta que a natureza desenvolveu contra si mesma? Por volta de 1800, Friedrich Schlegel viu o homem como um retro-olhar criativo da natureza sobre si mesma. A pergunta hoje é se ele não é antes o agente mais destrutivo que ela desenvolveu. A proposta antiga permitia ver na arte o modelo da ação criativa, mas a pergunta hoje é se a arte pode ainda ser usada para justificar o mau homem da história.

Estamos perplexos diante de arrogantes que se consideram donos da verdade e dos caminhos da história, enquanto vão destruindo o que de melhor se construiu com muito custo. Eles correspondem, no entanto, à formação do país. O zelo pela qualidade de vida nunca foi levado em conta quando se espalharam cidades pelo Brasil. Foram construídas em torno de templos, cujas torres apontavam que a vida mais importante seria depois da morte. Assim, a vida real já estava degradada, embora seja a única que as pessoas podem ter.

Regatos e rios foram reduzidos a esgotos a céu aberto. A crença na Divina Providência fez com que se pense viver no melhor dos mundos possíveis. O que iluministas como Voltaire e Diderot escreveram a respeito não costuma ser ensinado nas esco-

las brasileiras. É difícil assumir que somos um povo crédulo, atrasado, tosco.

A diretriz religiosa, posta no *Gênesis*, “crescei e multiplicai-vos” fez as famílias terem 10, 12 14 e filhos, achando que, quanto mais se multiplicassem, mais estariam cumprindo a vontade de Jeová. Isso gerou cidades em número e tamanho crescentes, o que pressionou a expansão urbana na horizontal e na vertical. O deus não disse, porém, se a multiplicação deveria ser por 100, por 5, por 0,5 ou 0,1.

Quem habita apartamento não tem espaço para muitos filhos. Melhor ter menos filhos e criá-los melhor. O controle de natalidade tornou isso possível e necessário. No futuro, haverá mais espaço para menos gente. Cidades terão de diminuir no tamanho

para aumentar a qualidade de vida, que se torna tempo de vida. O tempo de vida média do brasileiro tem, no entanto, caído; a qualidade de vida da maioria, também. Somos fracos e frágeis, náufragos: tentamos, no entanto, nadar, como a querer provar que ainda estamos vivos.

Brasília, junho de 2021

Aline Zim
Carolina Borges
Erinaldo Salles
Flávio Kothe
Júlio César Brasil

Figura 4 – Vista Externa do Primeiro Teatro da Corte Real em torno de 1860
© Arquivo Histórico do Teatro Estatal Saxão, Foto: Friedrich e Ottilie Brockmann

